

Imprimir



Câmara Municipal de Canela - RS de Canela - RS  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Processo: 01  
Protocolo: 01  
Data: 03/03/2023

## RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento:

**Pd0c31dd4cef8a49f3e06728cd5b35bbfK13235**

Autor: **Mesa Diretora da Câmara**

Descrição: **Dispõe sobre a concessão de diárias, estabelece seus valores e dá outras providências.**

Tipo de Proposição: **Projeto de Resolução** (01)

Enviada por: **Mesa Diretora da Câmara (MDCAMARA)**

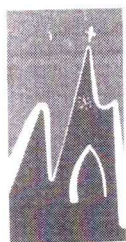
Data de Envio: **03/03/2023**  
**16:01:48**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

Mesa Diretora da Câmara



Câmara Municipal de Vereadores  
Canela-RS 42  
Protocolo nº: 16:00  
Recebido em: 03/ MARÇO 2023  
Por: Raquel  
Assinatura: [assinatura]



**CÂMARA**  
DE VEREADORES DE CANELA

02  
**SESSÃO ORDINÁRIA**  
Canela, 30/03/23  
**APROVADO POR UNANIMIDADE**  
Secretário

Canela, 03 de março de 2023.

Senhores Vereadores,

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta em conformidade com o art. 3º do Regimento Interno, o Projeto de Resolução com a seguinte ementa:

“Dispõe sobre a concessão de diárias, estabelece seus valores e dá outras providências.”

Justificativa:

Existe a necessidade de atualizarmos o regramento que trata das diárias concedidas aos vereadores e servidores da Câmara Municipal. É inegável que os vereadores e servidores desempenham um papel fundamental na representação e defesa dos interesses da comunidade, mas é igualmente importante garantir que as regras que regulamentam suas atividades e compensações estejam de acordo com os tempos atuais.

A atual lei sobre diárias de vereadores foi instituída há muito tempo, e desde então muitas coisas mudaram. A sociedade evoluiu, as necessidades das pessoas mudaram, e é natural que as regras precisem se adaptar a essas mudanças. É por isso que defendemos a atualização desta resolução, para garantir que ela seja justa, equitativa e adequada às necessidades atuais.

Uma das principais questões que precisam ser abordadas na atualização do regramento é a transparência e a responsabilidade financeira. É preciso garantir que as diárias sejam usadas de forma apropriada, e que todos os gastos sejam devidamente registrados. Além disso, é importante estabelecer regras claras e objetivas sobre o uso das diárias, para garantir a equidade e a igualdade entre todos os vereadores e servidores.

Outro aspecto crucial é a compensação adequada para os vereadores e servidores. É justo que eles recebam uma remuneração justa e adequada pelo trabalho que desempenham em benefício da comunidade. É preciso encontrar o equilíbrio entre a compensação adequada e a responsabilidade financeira.

Por fim, quero destacar a importância de valorizarmos a função dos vereadores. Eles desempenham um papel fundamental na democracia, e é importante incentivar mais pessoas a se candidatarem a este cargo importante. Uma lei que garanta diárias justas e adequadas pode ser uma forma de valorizar a função dos vereadores e motivá-los a trabalhar ainda mais em benefício da comunidade.

Em resumo, a atualização da lei sobre diárias de vereadores é fundamental para garantir a transparência, a equidade, a responsabilidade financeira e a valorização da função dos vereadores. foi realizada ampla pesquisa de preços médios de hotéis na capital para incluirmos o valor justo junto ao



**CÂMARA**  
DE VEREADORES DE CANELA

PROJ. Nº 03  
P.º 03  
REVISÃO

anexo desta resolução, além de que deve o mesmo ser de maneira razoável, não podendo ser utilizado como uma remuneração indireta aos agentes públicos e servidores.

Por esses motivos é que coloca-se a disposição de Vossas Excelências o presente projeto de resolução para que, após discutido, seja votado e entre em vigor.

Câmara Municipal de Canela, 03 de março de 2023.

**Jefferson de Oliveira**  
Presidente do Legislativo Municipal





CÂMARA  
DE VEREADORES DE CANELA

04

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1 03 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão de diárias, estabelece seus valores e dá outras providências.

Art. 1º A concessão de diárias para viagens, participação em cursos, congressos ou eventos similares a servidores e vereadores da Câmara Municipal de Canela, obedecerão às disposições desta Resolução.

Art. 2º As diárias de que trata o art. 1º, classificam-se em diárias **com pernoite** e diárias **sem pernoite**.

§ 1º As diárias com pernoite serão devidas quando o vereador ou servidor afastar-se do Município por período superior a 6 (seis) horas, desde que tenha havido pernoite no local de destino ou no percurso (este dentro do estado de destino).

§ 2º As diárias sem pernoite serão devidas quando o vereador ou servidor afastar-se do Município por período superior a 6 (seis) horas.

Art. 3º O vereador ou servidor que necessite se deslocar da sede do Município nos termos do art. 2º desta Resolução, deverá solicitar por escrito a autorização ao Presidente da Câmara Municipal, com a devida justificativa e comprovação da necessidade ou objetivo do deslocamento, preenchendo a Requisição de Diária conforme modelo que integra o Anexo I da presente Resolução.

§1º A diária somente será concedida após o despacho do (a) Presidente.

§2º Os casos de afastamentos superiores a 5 (cinco) dias deverão ter aprovação da Mesa Diretora, através de ata.

Art. 4º Não gera direito a diárias:

I – quando o beneficiário, recebendo antecipadamente as diárias, não se deslocar conforme solicitado em requerimento, hipótese em que os valores serão devolvidos aos cofres do Município, estornando-se a despesa realizada para fins orçamentários.

II – o deslocamento do Município não autorizado pelo Presidente da Câmara ou da Mesa Diretora, conforme o caso.

Parágrafo único. Se o beneficiário não devolver os valores, o departamento financeiro deverá reter na folha de pagamento do mês subsequente, acrescido de juros simples de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGPM/FGV.





## CÂMARA DE VEREADORES DE CANELA

05

Art. 5º As diárias deverão ser concedidas antecipadamente e de uma só vez.

§1º Somente serão pagas diárias antecipadamente em relação a data da saída do servidor ou vereador, se solicitadas ao Presidente com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

§2º A antecipação dos valores da diária, não exige o beneficiário da Comprovação de Deslocamento, a qual, estando devidamente instruída na forma do § 2º do Art. 6º da presente resolução, receberá a aprovação por parte do gestor.

Art. 6º A Comprovação de Deslocamento das diárias pagas deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis do retorno ao Município.

§ 1º A falta de apresentação da Comprovação de Deslocamento, ensejará o desconto automático na folha de pagamento do vereador ou servidor dos valores já recebidos, independentemente de outras cominações legais.

§ 2º A Comprovação de Deslocamento deverá ser acompanhada de um ou mais dos seguintes documentos: comprovante diário de hospedagem ou alimentação, certificado de participação em seminários, congressos, cursos ou similares, bilhetes de passagens de ida e de volta, cópia de atas de reuniões, atestado da autoridade competente no destino relacionado com o deslocamento e comprovante de audiências, perícias ou diligências.

§ 3º A Comprovação de Deslocamento e o relatório das atividades desenvolvidas serão apresentados conforme modelo que integra o Anexo II desta Resolução.

§ 4º Não serão concedidas novas diárias aos vereadores ou servidores que não cumprirem a determinação contida no § 2º deste artigo em até 5 (cinco) dias úteis do retorno do mesmo.

§ 5º O controle da Comprovação de Deslocamento e o arquivo de diárias será feito pelo Departamento Financeiro.

Art. 7º Os valores das diárias são fixados na tabela que compõe o Anexo III e atualizados na mesma data e pelo mesmo índice utilizado na revisão geral anual dos servidores.

Art. 8º A autoridade requisitante e o vereador ou servidor beneficiado responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com as normas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 9º Fica revogada a Resolução nº. 07, de 2014.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



**CÂMARA**  
DE VEREADORES DE CANELA

06

Gabinete da Presidência, 03 de março de 2023.

**Jefferson de Oliveira**  
Presidente do Legislativo Municipal



**CÂMARA**  
DE VEREADORES DE CANELA

ANEXO I

**REQUISIÇÃO DE DIÁRIA(S)**

Senhor Presidente.

O vereador/servidor abaixo subscrito vem perante Vossa Excelência solicitar liberação de diária, para deslocamento e desenvolvimento de atividades conforme descrição abaixo:

|  |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| Nome do Vereador/Servidor:                               |          |                     |          |
| Cargo ou função:   |          |                     |          |
| Departamento/Lotação:                                    |          |                     |          |
| Destino da viagem (localidade):                          |          | Meio de transporte: |          |
| <b>SAÍDA</b>   |          | <b>RETORNO</b>      |          |
| Data:  | Horário: | Data:               | Horário: |
| <b>DISCRIMINAR TIPO DA DIÁRIA:</b>                       |          |                     |          |
| <b>Evento:</b>   |          |                     |          |
| <b>Entidade/Instituição promotora ou sede do evento:</b> |          |                     |          |

Canela, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Vereador/Servidor: \_\_\_\_\_

|   |                           |
|---|---------------------------|
| <b>( ) AUTORIZADO</b>                     | <b>( ) NÃO AUTORIZADO</b> |
| <b>Carimbo:</b>                           | <b>Assinatura:</b>        |
| <b>PARA USO DO PRESIDENTE</b>             |                           |
| <b>Presidente da Câmara de Vereadores</b> |                           |





**CÂMARA**  
DE VEREADORES DE CANELA

ANEXO II

**COMPROVAÇÃO DE DESLOCAMENTO:**

Senhor Presidente.

O vereador/servidor abaixo subscrito vem perante Vossa Excelência Comprovar o Deslocamento, conforme informações abaixo e comprovantes em anexo:

|  |          |                        |          |
|--|----------|------------------------|----------|
| Nome do Vereador/Servidor:                   |          |                        |          |
| Cargo ou função:                             |          |                        |          |
| Departamento/Lotação:                        |          |                        |          |
| Destino da viagem (localidade):              |          | Meio de transporte:    |          |
| <b>SAÍDA</b>                                 |          | <b>RETORNO</b>         |          |
| Data:  | Horário: | Data:                  | Horário: |
| Discriminar quantidade de diárias recebidas: |          |                        |          |
| Comprovantes de despesas apresentados:       |          |                        |          |
| Data:  |          | Assinatura do Servidor |          |

**RELATÓRIO:**

**Resumo das atividades:**

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |

**ACEITO A PRESENTE COMPROVAÇÃO DE DESLOCAMENTO.**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Presidente da Câmara de Vereadores**



**CÂMARA**  
DE VEREADORES DE CANELA

09  
ANEXO III

**TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS**  
(atualizada na mesma data e pelo mesmo índice utilizado na revisão geral anual dos servidores municipais)

**DIÁRIAS COM PERNOITE**

| Descrição      | Valor (R\$) |
|----------------|-------------|
| no estado      | 398,00      |
| fora do estado | 646,00      |
| fora do país   | 796,00      |

**DIÁRIAS SEM PERNOITE**

| Descrição      | Valor (R\$) |
|----------------|-------------|
| no estado      | 157,00      |
| fora do estado | 326,00      |
| fora do país   | 398,00      |

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2023.

**Orientação Técnica IGAM nº 3.285/2023.**

I. O Poder Legislativo do Município de Canela, através de consulta enviada ao IGAM, solicita orientação acerca de como proceder para alterar a resolução nº 7/2014, que dispõe sobre a concessão de diárias, estabelece seus valores e dá outras providências. A alteração pretendida se refere a reajuste do valor da diária, bem como a exclusão do dispositivo que prevê a devolução de valor que não for utilizado comprovadamente.

II. Inicialmente, cumpre observar que a matéria é da competência exclusiva da Câmara Municipal e seus efeitos são internos (interna corporis), razão pela qual o projeto de resolução é espécie legislativa adequada para o trato da matéria, sendo a iniciativa privativa Mesa Diretora da Câmara Municipal, em razão de sua repercussão orçamentária.

Por necessário, observa-se que a matéria reclama regulamentação por ato normativo (Resolução de Plenário), não se aferindo correto seu disciplinamento por ato administrativo, que é a resolução de mesa.

No que respeita ao aspecto material, de plano, cumpre observar que a diária é definida como verba de natureza indenizatória, que objetiva ressarcir despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana nos deslocamentos efetuados pelo agente público, quando necessário para o atendimento ao interesse público, consoante entendimento assentado pelo TCE/RS desde o ano de 1997, através do Parecer de Auditoria nº 67/97<sup>1</sup>. No mesmo sentido, o entendimento do TJRS, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70084258573, julgada em 08-09-2020.

Nesse compasso, necessário registrar que na fixação do valor das diárias é preciso analisar os princípios constitucionais e legais que norteiam a despesa pública. Neste sentido, devem ser ressalvados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>2</sup>, a respeito do princípio da proporcionalidade, esclarece:

Os atos cujos conteúdos ultrapassam o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade, porquanto desdobra do âmbito

<sup>1</sup>Processo 5084-02.00/97-4

<sup>2</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 67.





da competência; ou seja, superam os limites que naquele caso lhes corresponderia.

Como se observa, o princípio da proporcionalidade visa adequar a despesa pública à extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente necessário para cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas.

No que tange ao princípio da razoabilidade, o precitado jurista<sup>3</sup> menciona:

Enuncia-se com este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricão, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas - e, portanto, jurisdicionalmente invalidáveis -, as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricão manejada.

Diante disso, os valores das diárias devem ser fixados nas quantias e números necessários ao ressarcimento da despesa, a título de indenização, sob pena de caracterizar parcela remuneratória, ou seja, a diária deve estar prevista em valores específicos, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade de forma a cumprir com sua finalidade e adequação de seu uso.

Este é o entendimento extraído do julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, abaixo colacionado:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE CAIBATÉ. DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2013. PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES E AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. VALOR DA DIÁRIA QUE VARIA ENTRE 19% E 38% DO SUBSÍDIO DO VEREADOR. 20% A 40% DA REMUNERAÇÃO DO ASSESSOR LEGISLATIVO. 15% A 30% DA REMUNERAÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA ECONOMICIDADE. 1. A diária se trata de parcela indenizatória que objetiva ressarcir despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana nos deslocamentos efetuados pelo servidor no interesse público, de modo que não pode ser convertida em remuneração indireta. 2. Caso em que o § 1º do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 003/2013 do Município de Caibaté, que trata sobre a concessão de diárias aos vereadores e aos servidores públicos do Legislativo municipal, ao fixar percentuais para pagamento de diárias com base nos subsídios dos vereadores e nas remunerações dos servidores, não atendeu aos princípios da razoabilidade e da economicidade, visto que o pagamento dos percentuais previstos no dispositivo impugnado, entre três a sete dias de descolamento, atingem o valor total do subsídio/remuneração. Ofensa ao artigo 19, caput, da Constituição Estadual. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70084258573, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em: 08-09-2020)

<sup>3</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Op. Cit.*, p. 66.

Por oportuno, no intuito de indicar um parâmetro, sugere-se sejam observados os dados disponíveis no endereço eletrônico <https://ww2.al.rs.gov.br/transparenciaalrs/Di%C3%A1rias/tabid/5246/Default.aspx>, relativos aos valores praticados na Assembleia Legislativa do rio Grande do Sul.

Outro parâmetro, este utilizado como referência pelo TCE, pode ser o valor de diárias de outros Municípios da micro região a qual pertence o Município de Pinheiro Machado.

Portanto, tem-se que, observada a finalidade da diária, nos termos delineados pelo TCE/RS e pelo TJRS, se for detectada pela Mesa Diretora da Casa defasagem dos valores praticados em face dos custos das despesas que a diária deve cobrir, faz-se legítima a atualização dos valores, devendo, todavia, ser demonstrada a referida defasagem.

Noutro giro, no que respeita a devolução de valores não utilizados, importante destacar que, como decidiu o TJRS na ADI nº 70084258573 (ementa acima), “a diária se trata de parcela indenizatória que objetiva ressarcir despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana nos deslocamentos efetuados pelo servidor no interesse público, **de modo que não pode ser convertida em remuneração indireta**”.

Nesse contexto, verifica-se que, observada a natureza jurídica da diária e os princípios constitucionais de gestão pública, mostra-se adequada a previsão de devolução de valores não utilizados. Todavia, não se desconhece que, via de regra, as normatizações de regência da matéria em outros órgãos públicos, inclusive no TCE/RS<sup>4</sup>.

III. Diante do exposto, conclui-se pela possibilidade de, mediante projeto de resolução de autoria da Mesa Diretora, alteração da Resolução nº 7/2014, para o fim de reajustar o valor das diárias de servidores e vereadores, desde que, observada a finalidade da diária, nos termos delineados pelo TCE/RS e pelo TJRS, seja detectada defasagem dos valores praticados em face dos custos das despesas que a diária deve cobrir.

O IGAM permanece à disposição.



**EVERTON M. PAÍM**  
OAB/RS 31.446  
Consultor Jurídico do IGAM

<sup>4</sup><https://atosoficiais.com.br/tcers/instrucao-normativa-n-8-2014-dispoe-sobre-a-solicitacao-de-diarias-e-a-prestacao-de-contas-das-respectivas-despesas-e-da-outras-providencias?origin=instituicao>



13

| Entidade/Cidade                   | Diária sem pernoite<br>(fora do estado) | Diária com pernoite<br>(fora do estado) | Diária sem pernoite<br>(dentro do estado) | Diária com pernoite<br>(dentro do estado) |
|-----------------------------------|---|---|---|---|
| Câmara de Nova Petrópolis         | 120,28                                  | 240,54                                  | 30,00                                     | 120,28                                    |
| Prefeitura de Canela              | 350,11                                  | 874,24                                  | 171,08                                    | 569,99                                    |
| Prefeitura São Francisco de Paula | 200,00                                  | 400,00                                  | 100,00                                    | 200,00                                    |
| Câmara de Três Coroas             | 360,64                                  | 721,28                                  | 280,49                                    | 560,99                                    |
| Prefeitura de Gramado             | 600,09                                  | 998,73                                  | 206,45                                    | 542,71                                    |
| <b>Média</b>                      | <b>326,22</b>                           | <b>646,96</b>                           | <b>157,60</b>                             | <b>398,79</b>                             |
| <b>Valores Câmara Canela</b>      | <b>206,00</b>                           | <b>412,00</b>                           | <b>148,00</b>                             | <b>295,00</b>                             |

\* Prefeitura de Canela (Média do Prefeito, Vice, Secretários, Adjuntos, Diretor e servidores)

\* Prefeitura de Gramado (Média do Prefeito, Vice, Secretários, Diretor, Assessores e Servidores)





CÂMARA  
DE VEREADORES DE CANELA

14

## **PARECER JURÍDICO Nº 17/2023**

**De:** Assessor Jurídico

**Para:** Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final – CCJR; Comissão de Finanças e Orçamento e Tributação - COFT; Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

**REFERÊNCIA:** PRE 01/2023

**Autoria:** Poder Executivo

**Projeto de Lei:** “Dispõe sobre a concessão de diárias, estabelece seus valores e dá outras providências.”

Senhores Vereadores,

O projeto de lei em análise possui, segundo exposto pelo presidente da Casa, em representação da Mesa Diretora, a seguinte justificativa:

Existe a necessidade de atualizarmos o regramento que trata das diárias concedidas aos vereadores e servidores da Câmara Municipal. É inegável que os vereadores e servidores desempenham um papel fundamental na representação e defesa dos interesses da comunidade, mas é igualmente importante garantir que as regras que regulamentam suas atividades e compensações estejam de acordo com os tempos atuais.

A atual lei sobre diárias de vereadores foi instituída há muito tempo, e desde então muitas coisas mudaram. A sociedade evoluiu, as necessidades das pessoas mudaram, e é natural que as regras precisem se adaptar a essas mudanças. É por isso que defendemos a atualização desta resolução, para garantir que ela seja justa, equitativa e adequada às necessidades atuais.

Uma das principais questões que precisam ser abordadas na atualização do regramento é a transparência e a responsabilidade financeira. É preciso garantir que as diárias sejam usadas de forma apropriada, e que todos os gastos sejam devidamente registrados. Além disso, é importante estabelecer regras claras e objetivas sobre o uso das diárias, para garantir a equidade e a igualdade entre todos os vereadores e servidores.

Outro aspecto crucial é a compensação adequada para os vereadores e servidores. É justo que eles recebam uma remuneração justa e adequada pelo trabalho que desempenham em benefício da comunidade. É preciso encontrar o equilíbrio entre a compensação adequada e a responsabilidade financeira.

Por fim, quero destacar a importância de valorizarmos a função dos vereadores. Eles desempenham um papel fundamental na democracia, e é importante incentivar mais pessoas a se candidatarem a este cargo importante. Uma lei que garanta diárias justas e adequadas pode ser uma forma de valorizar a função dos vereadores e motivá-los a trabalhar ainda mais em benefício da comunidade.

Em resumo, a atualização da lei sobre diárias de vereadores é fundamental para garantir a transparência, a equidade, a responsabilidade financeira e a valorização da função dos vereadores. Foi realizada ampla pesquisa de preços médios de hotéis na capital para incluirmos o valor justo junto ao anexo desta resolução, além de que deve o mesmo ser de maneira razoável, não podendo ser utilizado como uma remuneração indireta aos agentes públicos e servidores.

J



CÂMARA  
DE VEREADORES DE CANELA

15

Por esses motivos é que coloca-se a disposição de Vossas Excelências o presente projeto de resolução para que, após discutido, seja votado e entre em vigor.

A competência está corretamente exercida a par do disposto no art. 43, inciso II do Regimento Interno, pois cabe a Mesa Diretora apresentar projeto de lei com a seguinte intenção:

II - propor privativamente à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre sua organização, funcionamento, política, regime jurídico do pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas e a fixação da respectiva remuneração, assim como a concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, observados os parâmetros especificamente estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, obedecidos os preceitos constitucionais;

Portanto, cumpre observar que a matéria é da competência exclusiva da Câmara Municipal e seus efeitos são internos (interna corporis), razão pela qual o projeto de resolução é espécie legislativa adequada para o trato da matéria, sendo a iniciativa privativa Mesa Diretora da Câmara Municipal, em razão de sua repercussão orçamentária.

No que respeita ao aspecto material, de plano, cumpre observar que a diária é definida como verba de natureza indenizatória, que objetiva ressarcir despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana nos deslocamentos efetuados pelo agente público ou servidor público, quando necessário para o atendimento ao interesse público, consoante entendimento assentado pelo TCE/RS desde o ano de 1997, através do Parecer de Auditoria nº 67/97<sup>1</sup>.

No mesmo sentido, o entendimento do TJRS, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70084258573, julgada em 08-09-2020.

Nesse compasso, é necessário registrar que na fixação do valor das diárias é preciso analisar os princípios constitucionais e legais que norteiam a despesa pública. Neste sentido, devem ser ressalvados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>2</sup>, a respeito do princípio da proporcionalidade, esclarece:

Os atos cujos conteúdos ultrapassam o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade, porquanto desdobra do âmbito da competência; ou seja, superam os limites que naquele caso lhes corresponderia.

Como se observa, o princípio da proporcionalidade visa adequar a despesa pública à extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente necessário para cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas.

<sup>1</sup> Processo 5084-02.00/97-4

<sup>2</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 67.

Rua Dona Carlinda, 485. CEP: 95680-000 - Canela/RS | Fone/Fax: (54) 3282.1179 | Fone: (54) 3282.3828 | E-mail: juridico@canela.rs.leg.br

1





CÂMARA  
DE VEREADORES DE CANELA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2013  
DE 19 DE ABRIL DE 2013  
DE 19 DE ABRIL DE 2013  
DE 19 DE ABRIL DE 2013

Verifica-se nesse ponto que o projeto de resolução está amplamente instruído com pesquisas de preços para parametrizar o valor da diária proposta.

No que tange ao princípio da razoabilidade, o precitado jurista<sup>3</sup> menciona:

Enuncia-se com este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricão, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas - e, portanto, jurisdicionalmente invalidáveis -, as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricão manejada.

Diante disso, verifica-se que os valores das diárias devem ser fixados nas quantias e números necessários ao ressarcimento da despesa, a título de indenização, sob pena de caracterizar parcela remuneratória, ou seja, a diária deve estar prevista em valores específicos, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade de forma a cumprir com sua finalidade e adequação de seu uso.

Este é o entendimento extraído do julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, abaixo colacionado:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE CAIBATÉ. DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2013. PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES E AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. VALOR DA DIÁRIA QUE VARIA ENTRE 19% E 38% DO SUBSÍDIO DO VEREADOR. 20% A 40% DA REMUNERAÇÃO DO ASSESSOR LEGISLATIVO. 15% A 30% DA REMUNERAÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA ECONOMICIDADE. 1. A diária se trata de parcela indenizatória que objetiva ressarcir despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana nos deslocamentos efetuados pelo servidor no interesse público, de modo que não pode ser convertida em remuneração indireta. 2. Caso em que o § 1º do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 003/2013 do Município de Caibaté, que trata sobre a concessão de diárias aos vereadores e aos servidores públicos do Legislativo municipal, ao fixar percentuais para pagamento de diárias com base nos subsídios dos vereadores e nas remunerações dos servidores, não atendeu aos princípios da razoabilidade e da economicidade, visto que o pagamento dos percentuais previstos no dispositivo impugnado, entre três a sete dias de descolamento, atingem o valor total do subsídio/remuneração. Ofensa ao artigo 19, caput, da Constituição Estadual. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME.(Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70084258573, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em: 08-09-2020).

O projeto de resolução, neste aspecto, traz a identificação em quantias e números, prevista em valores específicos e com amplo estudo de valores de

<sup>3</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Op. Cit., p. 66

1





CÂMARA  
DE VEREADORES DE CANELA

17

mercado, o que atrai a obediência ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade dos valores propostos.

Portanto, tem-se que, observada a finalidade da diária, nos termos delineados pelo TCE/RS e pelo TJRS, e em sendo detectado pela Mesa Diretora da Casa a defasagem dos valores praticados em face dos custos das despesas que a diária deve cobrir, faz-se legítima a atualização dos valores.

Verifica-se a correta indicação da revogação da Resolução de Mesa 07/2014, a qual está de acordo com a Lei Complementar n. 98/1995.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade do Projeto de Resolução 01/2023, para o fim de reajustar o valor das diárias de servidores e vereadores.

  
**FABIANO DE ABREU FAES**

Assessor Jurídico da Câmara Municipal  
OAB/RS 79.337



CÂMARA  
DE VEREADORES DE CANTÁ

RECEB. 18

Parecer Nº: \_\_\_\_\_

**COMISSÃO: CCJR**

PLO Nº \_\_\_\_\_ PLLNº \_\_\_\_\_ VETO Nº \_\_\_\_\_ PDL Nº \_\_\_\_\_ PLC Nº \_\_\_\_\_ PRE Nº 01

DATA DE ENTRADA: 03/03/23 PEDIDO DE URGÊNCIA: SIM ( ) NÃO ( )

**PARECER JURÍDICO**

DATA DA SOLICITAÇÃO:

DATA DA ENTREGA:

PARECER:

**SOLICITAÇÕES DA COMISSÃO:**

---

---

---

---

---

---

|             |       |                          |
|-------------|-------|--------------------------|
| Emenda nº.: | Data: | Entregue ( ) sim ( ) não |
| Emenda nº.: | Data: | Entregue ( ) sim ( ) não |

**PARECER DA COMISSÃO:**

Apto.

---

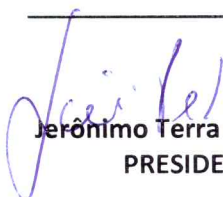
---

---

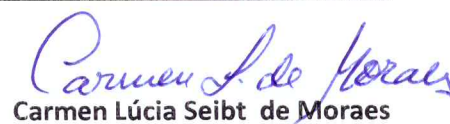
---

---

---

  
Jerônimo Terra Rolim  
PRESIDENTE

  
João Port Silveira

  
Carmen Lúcia Seibt de Moraes

PROJETO RETIRADO -SIM ( ) NÃO ( ) Data: / /



CÂMARA  
DE VEREADORES DE CANELA

Parecer Nº: \_\_\_\_\_

**COMISSÃO: COFT**

PLO Nº \_\_\_\_\_ PLLNº \_\_\_\_\_ VETO Nº \_\_\_\_\_ PDL Nº \_\_\_\_\_ PLC Nº \_\_\_\_\_ PRE Nº 01

DATA DE ENTRADA: 03/03/23 PEDIDO DE URGÊNCIA: SIM ( ) NÃO ( )

**PARECER JURÍDICO**

DATA DA SOLICITAÇÃO:

DATA DA ENTREGA:

PARECER:

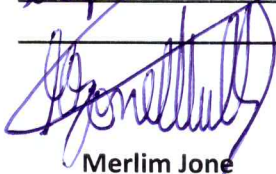
**SOLICITAÇÕES DA COMISSÃO:**

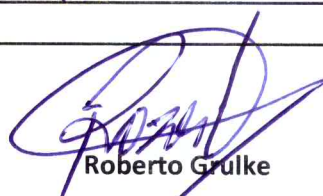
|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

|             |       |                          |
|-------------|-------|--------------------------|
| Emenda nº.: | Data: | Entregue ( ) sim ( ) não |
| Emenda nº.: | Data: | Entregue ( ) sim ( ) não |

**PARECER DA COMISSÃO:**

*Como o mesmo atende os requisitos colocamos o mesmo a apreciação dos nobres edis.*

  
Merlim Jone

  
Roberto Grulke

  
Emilia Guedes Fulcher

Presidente

PROJETO RETIRADO -SIM ( ) NÃO ( ) Data: / /





CÂMARA  
DE VEREADORES DE CANELA

20

Parecer Nº: \_\_\_\_\_

**COMISSÃO: CDES**

PLO Nº \_\_\_\_\_ PLLNº \_\_\_\_\_ VETO Nº \_\_\_\_\_ PDL Nº \_\_\_\_\_ PLC Nº \_\_\_\_\_ PRE Nº 01

DATA DE ENTRADA: 03/03/23 PEDIDO DE URGÊNCIA: SIM ( ) NÃO ( )

**PARECER JURÍDICO**

DATA DA SOLICITAÇÃO:

DATA DA ENTREGA:

PARECER:

**SOLICITAÇÕES DA COMISSÃO:**

---

---

---

---

---

---

|             |       |                          |
|-------------|-------|--------------------------|
| Emenda nº.: | Data: | Entregue ( ) sim ( ) não |
| Emenda nº.: | Data: | Entregue ( ) sim ( ) não |

**PARECER DA COMISSÃO:**

---

---

---

---

---

---

  
José Velhinho Pinto

  
Andresa da Conceição  
Presidente

  
Felipe Caputo

PROJETO RETIRADO - SIM ( ) NÃO ( ) Data: / /



**RESOLUÇÃO Nº 1, 21 DE MARÇO DE 2023.**

Dispõe sobre a concessão de diárias, estabelece seus valores e dá outras providências.

Art. 1º A concessão de diárias para viagens, participação em cursos, congressos ou eventos similares a servidores e vereadores da Câmara Municipal de Canela, obedecerão às disposições desta Resolução.

Art. 2º As diárias de que trata o art. 1º, classificam-se em diárias **com pernoite** e diárias **sem pernoite**.

§ 1º As diárias com pernoite serão devidas quando o vereador ou servidor afastar-se do Município por período superior a 6 (seis) horas, desde que tenha havido pernoite no local de destino ou no percurso (este dentro do estado de destino).

§ 2º As diárias sem pernoite serão devidas quando o vereador ou servidor afastar-se do Município por período superior a 6 (seis) horas.

Art. 3º O vereador ou servidor que necessite se deslocar da sede do Município nos termos do art. 2º desta Resolução, deverá solicitar por escrito a autorização ao Presidente da Câmara Municipal, com a devida justificativa e comprovação da necessidade ou objetivo do deslocamento, preenchendo a Requisição de Diária conforme modelo que integra o Anexo I da presente Resolução.

§1º A diária somente será concedida após o despacho do (a) Presidente.

§2º Os casos de afastamentos superiores a 5 (cinco) dias deverão ter aprovação da Mesa Diretora, através de ata.

Art. 4º Não gera direito a diárias:

I – quando o beneficiário, recebendo antecipadamente as diárias, não se deslocar conforme solicitado em requerimento, hipótese em que os valores serão devolvidos aos cofres do Município, estornando-se a despesa realizada para fins orçamentários.

II – o deslocamento do Município não autorizado pelo Presidente da Câmara ou da Mesa Diretora, conforme o caso.

Parágrafo único. Se o beneficiário não devolver os valores, o departamento financeiro deverá reter na folha de pagamento do mês subsequente, acrescido de juros simples de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGPM/FGV.

Art. 5º As diárias deverão ser concedidas antecipadamente e de uma só vez.

§1º Somente serão pagas diárias antecipadamente em relação a data da saída do



PROJ. Nº 22  
RESOLUÇÃO Nº 22  
DE 2014

servidor ou vereador, se solicitadas ao Presidente com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

§2º A antecipação dos valores da diária, não exime o beneficiário da Comprovação de Deslocamento, a qual, estando devidamente instruída na forma do § 2º do Art. 6º da presente resolução, receberá a aprovação por parte do gestor.

Art. 6º A Comprovação de Deslocamento das diárias pagas deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis do retorno ao Município.

§ 1º A falta de apresentação da Comprovação de Deslocamento, ensejará o desconto automático na folha de pagamento do vereador ou servidor dos valores já recebidos, independentemente de outras cominações legais.

§ 2º A Comprovação de Deslocamento deverá ser acompanhada de um ou mais dos seguintes documentos: comprovante diário de hospedagem ou alimentação, certificado de participação em seminários, congressos, cursos ou similares, bilhetes de passagens de ida e de volta, cópia de atas de reuniões, atestado da autoridade competente no destino relacionado com o deslocamento e comprovante de audiências, perícias ou diligências.

§ 3º A Comprovação de Deslocamento e o relatório das atividades desenvolvidas serão apresentados conforme modelo que integra o Anexo II desta Resolução.

§ 4º Não serão concedidas novas diárias aos vereadores ou servidores que não cumprirem a determinação contida no § 2º deste artigo em até 5 (cinco) dias úteis do retorno do mesmo.

§ 5º O controle da Comprovação de Deslocamento e o arquivo de diárias será feito pelo Departamento Financeiro.

Art. 7º Os valores das diárias são fixados na tabela que compõe o Anexo III e atualizados na mesma data e pelo mesmo índice utilizado na revisão geral anual dos servidores.

Art. 8º A autoridade requisitante e o vereador ou servidor beneficiado responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com as normas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 9º Fica revogada a Resolução nº. 07, de 2014.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



23

Gabinete da Presidência, 03 de março de 2023.

**Jefferson de Oliveira**  
Presidente do Legislativo Municipal

*Jefferson*



**CÂMARA**  
DE VEREADORES DE CANELA

4

24

**ANEXO I**

**REQUISIÇÃO DE DIÁRIA(S)**

Senhor Presidente.

O vereador/servidor abaixo subscrito vem perante Vossa Excelência solicitar liberação de diária, para deslocamento e desenvolvimento de atividades conforme descrição abaixo:

|   |          |                     |
|---|----------|---------------------|
| Nome do Vereador/Servidor:                        |          |                     |
| Cargo ou função:                                  |          |                     |
| Departamento/Lotação:                             |          |                     |
| Destino da viagem (localidade):                   |          | Meio de transporte: |
| <b>SAÍDA</b>                                      |          | <b>RETORNO</b>      |
| Data:   | Horário: | Data:               |
| <b>DISCRIMINAR TIPO DA DIÁRIA:</b>                |          |                     |
| Evento:   |          |                     |
| Entidade/Instituição promotora ou sede do evento: |          |                     |

Canela, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Vereador/Servidor: \_\_\_\_\_

|                       |   |
|-----------------------|---|
| <b>( ) AUTORIZADO</b> | <b>( ) NÃO AUTORIZADO</b>   |
| Carimbo:              | Assinatura:<br><br>_____<br><b>Presidente da Câmara de Vereadores</b> |

*yiffeser*

ANEXO II

COMPROVAÇÃO DE DESLOCAMENTO:

Senhor Presidente.

O vereador/servidor abaixo subscrito vem perante Vossa Excelência Comprovar o Deslocamento, conforme informações abaixo e comprovantes em anexo:

|  |                        |                     |
|--|------------------------|---------------------|
| Nome do Vereador/Servidor:                   |                        |                     |
| Cargo ou função:                             |                        |                     |
| Departamento/Lotação:                        |                        |                     |
| Destino da viagem (localidade):              |                        | Meio de transporte: |
| <b>SAÍDA</b>                                 |                        | <b>RETORNO</b>      |
| Data:  | Horário:               | Data:               |
| Discriminar quantidade de diárias recebidas: |                        |                     |
| Comprovantes de despesas apresentados:       |                        |                     |
| Data:  | Assinatura do Servidor |                     |

RELATÓRIO:

Resumo das atividades:

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |

ACEITO A PRESENTE COMPROVAÇÃO DE DESLOCAMENTO.

Data: \_\_/\_\_/\_\_

  
\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara de Vereadores





**ANEXO III**

**TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS**  
**(atualizada na mesma data e pelo mesmo índice utilizado na revisão geral anual dos servidores municipais)**

**DIÁRIAS COM PERNOITE**

| <b>Descrição</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|------------------|--------------------|
| no estado        | <b>398,00</b>      |
| fora do estado   | <b>646,00</b>      |
| fora do país     | <b>796,00</b>      |

**DIÁRIAS SEM PERNOITE**

| <b>Descrição</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|------------------|--------------------|
| no estado        | <b>157,00</b>      |
| fora do estado   | <b>326,00</b>      |
| fora do país     | <b>398,00</b>      |